



## INTRODUÇÃO

O discurso colonial português, além de cristalizar a diferença entre colônia e metrópole, garantiu a perpetuação das imagens de centro em colônias como Angola. Ao ler o romance *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida, é possível afirmar que existe certa tensão entre os protagonistas e a sociedade lusa. Essa tensão é percebida no decorrer da narrativa a partir de escolhas sutis da autora no que se refere às relações desenvolvidas por Cartola e Aquiles em Portugal; tais escolhas são curiosas ao se levar em consideração o fato de que a autora, que nasceu em Angola e mudou-se ainda criança para Lisboa, também ocupa o lugar de alteridade dentro do discurso português.

Em Lisboa, a realidade à qual estão submetidos Cartola e Aquiles é consequência de políticas lusitanas de expansão e domínio territorial que remontam ao período conhecido como Revolução de Avis. Durante a Dinastia de Avis, Portugal enfrentou duras crises sociais e econômicas e, para lidar com a miséria e a falta de recursos que assolava a sociedade, a coroa decidiu partir em busca de territórios que poderiam oferecer, por meio da colonização, produtos e riquezas que já eram escassos para os portugueses.

Enquanto a história mostra Portugal como pioneiro na conquista de espaços fora da Europa, a partir do século XIX, a nação lusitana voltou a enfrentar problemas relacionados à economia e, conseqüentemente, à imagem que os cidadãos desse território tinham de si. Durante a colonização, os portugueses apresentavam uma narrativa marcada por vitórias lusitanas, elevando a imagem do país para que os povos colonizados acreditassem que o centro político e cultural da colônia estava localizado na metrópole portuguesa, colocando-os, então, à margem das decisões políticas, sociais e culturais do próprio país. Com o advento da corrida europeia pela exploração das terras africanas, Portugal viu-se diante de uma crise ideológica e, como saída, ressuscitou a narrativa camoniana que comemorava os feitos, agora distantes, do império lusitano.

A narrativa colonial, que eleva Portugal em detrimento de tudo aquilo que não é português, baseia-se na discriminação das diferenças e sustenta discursos e políticas de hierarquização racial e cultural. Essa narrativa foi responsável pela construção de diferentes identidades ao longo da história, como a dos imigrantes e a dos retornados. No romance



uma nova narrativa identitária e nacionalista, em que os próprios narradores eram os vencedores: o pioneirismo na expansão marítima.

Atentemo-nos aos detalhes, com a morte de Dom Fernando, em 22 de outubro de 1383, o trono de Portugal e a sucessão no governo, segundo o Tratado de Salvaterra de Magos, caberia a Leonor Teles, esposa do falecido rei, até que seu neto completasse 14 anos. Porém, tal resolução apresentava circunstâncias incômodas para grande parte da população portuguesa: o neto de Dom Fernando não era sequer nascido, pois a Infanta Beatriz tinha 12 anos e se casara prematuramente com João I de Castela (Monteiro; Ramos; Sousa, 2009). A burguesia de então e parte da nobreza portuguesa enxergavam a ameaça que esse cenário representava devido ao receio do monarca castelhano os governar.

Diante desse cenário, Leonor Teles governaria Portugal pelo menos por 15 anos, tendo como aliados seu genro e João Fernandes Andeiro, 2º Conde de Ourém e amante da rainha. Em vista da ameaça que representava para a permanência da independência nacional, em 6 de dezembro de 1383 (Monteiro; Ramos; Sousa, 2009, p. 156), João Fernandes Andeiro foi morto por João I de Avis.

As faíscas entre Portugal e Castela são anteriores à aflição do povo português frente à possibilidade de ser governado por monarcas castelhanos. Portugal tinha consciência de sua pequenez territorial e militar, mas a monarquia lusa instaurada desde Dom Afonso Henriques, em 1149, consolidava os seus domínios e a sua distinção de Leão e Castela. Em razão disso, apegar-se ao território era uma maneira de se proteger e garantir que houvesse consistência e tradição em seus governadores legitimamente portugueses. O prestígio popular de João de Avis intensificou-se após a vitória triunfal, ao lado das tropas inglesas, na Batalha de Aljubarrota em 14 de agosto de 1385.

Além das crises que assolavam o Ocidente, como a pandemia de Peste bubônica e o declínio do sistema feudal, Portugal enfrentava a maior inflação da História agregada à pobreza em recursos naturais e agrícolas do país. Era necessário, portanto, reação rápida a fim de evitar a decadência pelas crises internas ou a absorção territorial por parte de seus vizinhos. A miséria da população portuguesa provava que ter vencido a guerra não os livrara de ter que lutar para sobreviver. Diante desse cenário, Portugal enxergou a expansão territorial como saída e o caminho que se

mostrava mais viável era retomar o combate e as conquistas, agora em direção aos territórios dominados pelos muçulmanos.

Adentrar o continente era impossível sem que outros conflitos fossem gerados, portanto, era necessário buscar em outro lugar o que não havia em casa. Eduardo Lourenço (1992, p. 95), em *O labirinto da saudade*, entende que os portugueses rumaram para a “emigração simbólica” mais do que para a emigração concreta, a qual contribuiu para a construção de mitos acerca da História de Portugal. No imaginário luso, a emigração simbólica é responsável pela exaltação das histórias que falam sobre o protagonismo luso na expansão marítima, reafirmando a imponência da nação graças às conquistas territoriais. Já no imaginário dos povos colonizados, a emigração alegórica reforça a diferença na qual se baseia o discurso colonial, destacando a superioridade dos lusitanos em relação à população das colônias, além de nutrir a ideia de que a metrópole, por ser centro de uma nação de feitos grandiosos, pode proporcionar condições de vida superiores às oferecidas pela colônia.

A ascensão de João de Avis ao trono, segundo o direito monárquico, tratava-se de um absurdo por ele ser filho bastardo de Dom Pedro I. Devido a esse fato, era necessário assumir um posicionamento para narrar a História capaz de legitimar o governo de João, Mestre de Avis, perante aqueles que não reconheciam seu direito à coroa. Encarregado de escrever crônicas sobre o passado português desde a formação da Dinastia de Avis, Fernão Lopes criou a narrativa com o objetivo de justificar o governo de João I de Avis, por meio da ideia de que a permanência de João I no trono expressava a vontade divina. Esse discurso que legitima movimentações políticas também é recorrente, quando falamos sobre o início das grandes navegações.

A mitificação do passado lusitano foi um longo processo que atravessou séculos e influenciou também estratégias políticas contemporâneas, como é o caso da literatura colonial do período salazarista, que ganhou força com a ascensão do discurso colonial da década de 1930. Desde a Batalha de Ourique, argumenta-se sobre os portugueses serem um povo escolhido por Deus. Travestiu-se, assim, a expansão — mais mercantil do que efetivamente religiosa — pelas lentes do mando divino. A colonização também ampliou os domínios lusos no campo identitário, uma vez que os povos originários das terras invadidas tinham suas culturas contestadas com base nos costumes. Análogo à

expansão marítima vem, pois, o colonialismo, que estabelece dicotomias entre desenvolvidos e bárbaros, modernos e selvagens.

A memória nacional, por ser coletiva, não trata de histórias individuais e, ao ser lembrada, restabelece o que se foi, em outros tempos, com base no que se é ou no que se deseja ser futuramente. Eduardo Lourenço (1994), em *Nós e a Europa ou as duas razões*, entende que o conflito identitário dos portugueses não se conecta à definição que eles têm de si, mas ao estado de *diferença* que os caracterizam como portugueses, problema este denominado pelo crítico literário e filósofo como *hiperidentidade* (Lourenço, 1994, p. 10).

Essa ampara-se nas memórias do Império, que assumem caráter messiânico por servirem de referência para o presente, além de sustentarem horizontes míticos para o futuro. A história do povo lusitano possui vários rostos, por isso pode ser contada por diferentes pontos de vista. Acontece que a perspectiva que coloca os portugueses como heróis, por isso, merecedores do devido reconhecimento insiste em delimitar as axiologias produzidos pelas narrativas coloniais. As ações executadas pelo Império luso — narradas retroativamente — adquirem novos sentidos por fazerem parte da memória coletiva da nação. Desse modo, a hiperidentidade portuguesa sustenta-se nas lacunas semânticas da historiografia, selecionando, por meio do discurso, os momentos de maior importância para evocar os sentidos desejados a fim de conservar seus efeitos sobre o imaginário na população.

Na segunda metade do século XIX, a Europa, de maneira geral, viu-se diante da necessidade de encontrar novos mercados e novas fontes de matérias-primas. O continente africano, que já contava com a presença do Império português, acabou tornando-se alvo do forte expansionismo europeu. As tropas lusas deram início à tentativa efetiva de ocupação dessa faixa territorial, que proporcionaria acesso irrestrito aos oceanos Atlântico e Índico, porém foram surpreendidas pela disputa colonial com a Inglaterra, que também tinha interesses na ocupação de África. Em resposta à persistência lusitana, no que diz respeito à colonização africana, a Inglaterra enviou telegrama ao Governo Português que exigia a retirada imediata das tropas portuguesas dos territórios entre Moçambique e Angola no ano de 1890 — episódio esse conhecido como o Ultimato Britânico.

Em *Uma História de Regressos*, Margarida Calafate Ribeiro (2004) aponta que a Europa representava um centro de cultura, poder e identidade

diante desse “outro” colonizado sobre o qual construíram diversas metáforas de contraste que embasaram políticas da diferença. Desse modo, a missão civilizadora cristã sempre pressupôs a superioridade cultural, religiosa e racial do Ocidente (Ribeiro, 2004, p. 23), porém tal justificativa foi passível de modificações com o passar das épocas, ganhando nuances, por conseguinte, novas estratégias para atingir a população das colônias. Embora os anos passassem e novos saberes fossem adquiridos, o objetivo europeu com a colonização permanecia sendo o mesmo: por meio da assimilação cultural compulsória, as nações colonizadoras buscavam o ideal de cultura universal centrada no ideário europeu.

A reverberação das divergências entre os europeus e o “Outro” sustenta ideias de centralidade a partir do contraste das diferenças. Ao analisarmos os rostos que o álbum de fotografias da História nos apresenta, percebemos que eles têm características em comum que são usadas como ferramentas de manutenção de poder. Apontar o “Outro” como bárbaro e elaborar cientificismos racistas são atitudes que consolidam a ideia de superioridade presente no escopo europeu, contribuindo para o avanço do imperialismo em “terras viciosas” sem que a violência — física e epistêmica — entre em discussão. A valorização do próprio ocorre pela desvalorização do alheio, enquanto o olhar que inferioriza o “Outro” “passa dos sujeitos para as terras que habitam, impondo uma ordem política e religiosa baseada na ‘nossa’ superioridade” (Ribeiro, 2004, p. 22).

Ao longo do século XIX, intensifica-se o colonialismo europeu no continente africano. Inglaterra, França, Alemanha, entre outros países da Europa, mobilizaram-se com o objetivo de demarcar domínios em África. Houve intensa atividade diplomática objetivando a divisão de África até o momento do episódio conhecido como Conferência de Berlim, em 1884-85. Rói-se o continente africano tal qual se divide um pão entre esfomeados que já estão de barriga cheia, mas não querem ser prejudicados. Teorias científicas racistas, que justificavam a hierarquização das raças e possibilitavam a criação de um novo discurso marcaram o Imperialismo do século XIX. Mas agora esse não era mais pautado na salvação dos povos selvagens, mas, sim, na promoção da civilização para esses povos supostamente atrasados (Ribeiro, 2004, p. 24).

Relacionando Portugal e Europa, aquele via-se diante de uma posição intermediária: carregava a herança histórica de ser a nação

pioneira na aventura de descobrimentos pelo mundo ao mesmo tempo que ocupava à periferia da Europa, tanto em relação ao território quanto em relação à capacidade de influência no continente. Nesse ponto de divergência entre periferia e centro, no final no século XIX, as colônias africanas foram utilizadas como meio para reconstruir e reafirmar o imaginário imperial luso. A exaltação desse discurso baseia-se na obsessão pelos elementos fictícios da narrativa nacionalista que, no caso de Portugal, servem para contornar a fragilidade e dar lugar à imagem de centro universal “de onde irradiam princípios, leis, fundamentos, modelos, saber e poder” (Ribeiro, 2004, p. 27). Quanto maior a fragilidade, mais inflamado é o discurso pregado sobre si, o que resulta na troca da imagem factual pela fictícia e possibilita a criação de centralidade. Em decorrência desse mito interior, processa-se a reformulação permanente do presente português concreto e empírico, por isso nem a consciência da decadência é capaz de alterar esse dado fundamental da consciência nacional.

A imaginação de centro levou ao desenvolvimento da identidade pluricontinental portuguesa, que tem como base o sentimento de diferença em relação a outros europeus e aos povos das colônias, além de dar lugar a “um discurso fundador de uma identidade baseada no conhecimento do novo mundo e da centralidade de Portugal neste processo” (Ribeiro, 2004, p. 32). Partindo dessa perspectiva, analisar o discurso colonial nos permite observar de que maneira a *hiperidentidade* atingiu os povos africanos, silenciando suas línguas, suas tradições, além de suas definições sobre si.

Homi Bhabha (2013), em *O local da cultura*, define o discurso colonial como mecanismo de poder que se apoia no conhecimento e repúdio das diferenças entre colonizador e colonizado. Isso quer dizer que a manutenção do poder se dá por meio do reconhecimento e da rejeição das diferenças entre os atores dessa dicotomia. Para o teórico indiano, o objetivo do discurso colonial é “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (Bhabha, 2013, p. 111). É certo, portanto, afirmar que Portugal o utilizou para fixar, no imaginário dos povos colonizados, a imagem de centro que os portugueses nutriam sobre a nação, apresentando a narrativa da História portuguesa de maneira grandiosa em consonância com a inferiorização das culturas e das tradições dos povos originários da África.

Devido às condições históricas e geográficas, a história de Portugal teve que ser construída fora da Europa, fator que acentuou sua afirmação oceânica, mas que criou a imagem de um império suspenso sobre o mar, disperso, flutuante. Portugal era um centro grandioso, por mais confuso que pudesse parecer pela dispersão de suas terras, devido à magnitude do território conquistado, porém se encontrava à margem do mundo europeu e era protagonista de uma dependência para com suas colônias que mais parecia ser o país colonizado ao invés de ser o colonizador. A ambiguidade desses discursos gerou o imaginário de duplicidade caracterizado por ideias de centro e de periferia, em que a posição que ocupa a nação portuguesa depende do referencial, mas nunca expõe a realidade portuguesa pela perspectiva de periferia, talvez por hábito, talvez por vaidade.

A reflexão sobre identidade e imaginação — perspectivando a História portuguesa e a cotejando com a de outros países — tem por objetivo, pois, evidenciar os trânsitos existentes entre centro e margem qualificadores da existência histórica portuguesa. Portugal perante as colônias ocupa o centro, mas aquele diante de Inglaterra ou França, ocupa à margem. Notamos percurso similar em Aquiles e Cartola, personagens de *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida. Percebemos, desde o título, como a relação de transitoriedade entre espaços e identidade se faz presente, conforme argumentaremos na sequência.

## 2 LUANDA, LISBOA: PARAÍSO?

Após o Ultimato Britânico, em 1890, o discurso autoritário, nacionalista, conservador e colonialista ganhou força em Portugal. Esse implicou (a.) na Proclamação da República, em 5 de outubro de 1910 e (b.) no Golpe de 28 de maio de 1926. Em 1933, António Salazar foi indicado para a posição de Chefe de Governo, fator que possibilitou o estabelecimento do Estado Novo português — regime autoritário que durou até a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974. Além de perseguir a oposição e centralizar o poder, o Estado Novo tinha como objetivo a manutenção do império colonialista sobre os territórios africanos a fim de amenizar as pressões internas que sofria. Para evitar o surgimento da classe operária e a conseqüente luta de classes, António Salazar manteve Portugal à margem da industrialização, por isso o mercado ultramarino foi central para a manutenção do regime fascista português.

Entre as ações promovidas pelo Estado Novo com o objetivo de divulgar o universo lusitano, o texto literário ganha destaque por possibilitar maior conhecimento da metrópole sobre a realidade em África. Segundo Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 137), a mediatização do “mundo português” visava ao estímulo do comprometimento da população na construção “do Portugal d’além-mar”. O Estado Novo, portanto, mobilizava-se para divulgar a literatura colonial — que lhe era proveitosa — e censurava obras que não estivessem de acordo com sua ideologia, controlando, por meio da exclusão, o acesso dos portugueses da metrópole à realidade das colônias africanas. No entanto, a autora diz que “se entendermos por literatura colonial um *corpus* de obras de imaginação, focalizando experiências e percepções do mundo colonial [...]em Portugal esta literatura constitui um aspecto marginal do imaginário literário” (Ribeiro, 2004, p. 137).

Se a ideologia eurocêntrica construía a História colonialista, a História pós-colonialista — formada por rasuras e adições — seria feita por aqueles que sofreram os impactos da colonização. Afinal de contas, como demarca o narrador de Djaimilia Pereira de Almeida (2019, p. 148): “A história empurrou-os para uma margem”. Assim, autores africanos ou descendentes de africanos redefiniram as imagens do continente por meio de narrativas que contam a “história da apropriação do território, entre aventuras de colonização e tristes destinos de emigração” (Ribeiro, 2004, p. 137). Nesse contexto, autores afro-portugueses tiveram contato com a vida colonial africana, como Djaimilia Pereira de Almeida, e agora apresentam as histórias de personagens que também sentiram na pele as consequências do achatamento do outro.

Djaimilia Pereira de Almeida nasceu em Luanda, em 1982, e cresceu em Portugal, nas proximidades de Lisboa. Com o fim da ditadura salazarista e das guerras coloniais, muitos dos antigos colonos foram expulsos pelos governos das ex-colônias e o novo governo lusitano se viu diante da necessidade de lidar com o expressivo contingente de retornados. Esse fato ajudou a redimensionar espaços e memórias portuguesas à medida que novas narrativas surgiam e abalavam identidades. A autora em estudo aborda a questão dos *retornados*, por conseguinte, o entrelugar que esses ocupam na sociedade de então, uma vez eles que não eram nem vistos como angolanos, moçambicanos, tampouco portugueses e — claro — muito menos europeus.

O narrador inicia a história dos Cartola de Sousa a partir do nascimento do filho mais novo deste, Aquiles. As personagens recebem esse simbólico nome devido à malformação de calcanhar. A particularidade física do caçula delinea o futuro de toda a família, enquanto se identifica as fragilidades envolvidas na construção da imagem de centro. A metrópole portuguesa, que antes era uma promessa de melhora e utópica enquanto melhor espaço, mostra-se pouco acolhedora para os imigrantes, porém o desejo de conquistá-la permanece intocado. "Ninguém os esperava no aeroporto, mas era Portugal" (Almeida, 2019, p. 22), o destino que durante quinze anos alimentou as esperanças do pai.

A vida em Lisboa afasta pai e filho dos outros membros da família, quais sejam, de Glória e Justina, concomitantemente, o processo diaspórico pessoal os afastam das origens, obrigando-os a sobreviverem nas margens de um centro imaginário, que por tanto tempo foi cultivado na imaginação de Cartola que quase se tornou concreto, não fosse pelo encontro com a realidade que a ele estava reservada.

## 2.1 CARTOLA

Cartola acumula derrotas desde a vida profissional até a intimidade da família. Durante a juventude, ocupava o cargo de chefe de banco do Hospital Provincial de Moçâmedes. Depois, teve que mudar com a família para Luanda, onde se tornou parteiro no Hospital Maria Pia, o que ele considerou uma grande derrota, principalmente após o nascimento do filho que carregava a condição impossível de ser tratada apenas administrando antibióticos e vacinas. Após o nascimento de Aquiles, duas tragédias marcam o cotidiano dos Cartola de Sousa: a deformidade do filho e o adoecimento da esposa.

A personagem Cartola surge retratada com alto grau de densidade psicológica ao refletir sobre a condição de sua família diante do filho coxo e da mulher Glória, que ficou cada dia mais enferma após o parto do caçula. Recorrendo às respostas do divino, o pai perguntava a Deus se o filho, sua falha, seria "um fruto doutras vidas chegando para o assombrar" (Almeida, 2019, p. 8). O pai de Aquiles, em uma de suas visitas ao hospital, recebeu a notícia de que o calcanhar teria solução, caso operado até os 15 anos do garoto, o que aconteceria em 1985. Ou seja, Aquiles nasceu em 1970, nos anos finais da guerra de independência, a qual viria em 1975.

Enquanto Aquiles crescia, era crescente, também, a paralisia da mãe e a iminência da Independência angolana. Porém, com a demanda de atenção dada à Glória, Cartola tornou-se alheio à situação política de seu país, evitando política “como se evitasse um vagabundo na rua, a ponto de estar capaz de confundir uma granada com a bomba de medir a pressão arterial” (Almeida, 2019, p. 10). Glória, já de cama, perdida em seus pensamentos, sem saber dizer quem era ou onde estava, conservava na memória as marcas das políticas de assimilação às quais foram submetidas as colônias africanas durante a administração portuguesa, principalmente depois dos Atos Coloniais de 1930. As imagens de Portugal — semeadas nas colônias — fortaleciam Cartola, ainda que ele permanecesse absorto em angústia; angústias essas intensificadas após chegar a Lisboa.

Ao chegarem em Lisboa, em 1985, Cartola e Aquiles estabeleceram-se na Pensão Covilhã, local humilde próximo ao hospital ortopédico. A hostilidade de Lisboa foi a primeira marca do contato de pai e filho com a metrópole, porém ao pai importava apenas conhecer a cidade cujo mapa foi, durante anos, projetado em seu pensamento. Além da adaptação ao espaço geográfico, Cartola buscava adaptar-se ao português de Portugal treinando, durante a caminhada com o filho, a conjugação de verbos e o uso de preposições. A língua, portanto, possui tanta relevância quanto o mapa da cidade quando o objetivo é adaptação.

A respeito dessa questão, Frantz Fanon (2008, p. 33), em *Pele negra, máscaras brancas*, afirma que “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Simbolicamente Aquiles precisava aprender a conjugar o verbo ser: “Num abrir e fechar de olhos, entre colo, lições, esperanças e palmadas, a flor tornou-se fruto e o menino aprendeu a conjugar o verbo ser” (Almeida, 2019, p. 14). A busca pelo uso da língua portuguesa sem marcas dialetais associadas aos falares africanos pode ser vista como tentativa de diminuir a diferença entre os “Outros” (Cartola e Aquiles) e eles (os portugueses), pois quanto maior a assimilação dos valores culturais da metrópole, maiores são as chances de o assimilado escapar de uma suposta condição atrasada e inferior construída a partir dos modelos culturais e civilizacionais eurocêntricos.

Com o passar do tempo, Cartola mostrava-se frágil em relação aos desafios da cidade onde estava e se prendia à proteção que julgava ter do Doutor Barbosa da Cunha, médico obstetra português que atuou em

Moçâmedes ao lado do pai de Aquiles como secretário. Mesmo que ambos tenham nascido na década de 1920, tendo idades bastante próximas, o africano imitava o europeu tal qual um aprendiz segue o mestre. Se o discurso colonial se faz por dicotomias (branco — negro, europeu — africano, civilizado — atrasado, entre outras), Djaimilia Pereira de Almeida cria a dicotomia entre Cartola e Barbosa da Cunha. A independência de Angola foi determinante ao destino de Cartola não pelo fim da presença lusa, mas, sim, pela partida do português e a promessa de reencontro na metrópole. A deformidade no calcanhar do filho, por mais que atormentasse os pensamentos do pai, proporcionava a dose de esperança necessária para alimentar o sonho de um dia desembarcar em solo lusitano e, mais do que isso, não ser um imigrante no suposto solo pátrio.

Cartola imaginava que o médico que há 20 anos havia sido seu grande companheiro estaria à sua espera no destino, mas o contato com o Doutor Barbosa da Cunha desapareceu. Na narrativa, a história da relação entre Cartola e o médico aparece de maneira retrospectiva, quase como justificativa para o início da tentativa do angolano de assimilar-se à cultura portuguesa. O Doutor Barbosa da Cunha, por sua origem, seus conhecimentos e sua postura, representava para Cartola o ideal de cidadão português, que é como ele gostaria de ser acolhido por Lisboa.

A ambivalência da prática discursiva colonialista qualifica o relacionamento entre o enfermeiro angolano e o médico português. Segundo Homi Bhabha (2013, p. 129-138), em “Da mímica e do homem: a ambivalência do discurso colonial”, presente em *O local da cultura*, o discurso colonial lida com o conflito entre a demanda pela identidade pessoal e a diferença entre colonizador e colonizado por meio da imitação, acordo irônico que expressa “o desejo de um Outro reformado, reconhecível, como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente” (Bhabha, 2013, p 130, grifo no original). O teórico pós-colonial entende que a *mímica* simboliza entrecruzar o permitido e o conhecido, mas proibido, de maneira a deixar o oculto nas entrelinhas.

Para que seja eficaz, a mímica colonial deve ser construída na ambivalência do discurso e reproduzir seu deslizamento, aproximando colonizadores e colonizados ao mesmo tempo que os afasta pela marcação de suas diferenças. Cartola sabia “conjuguar o gerundivo e a origem etimológica da palavra ‘Tejo’”, sentia arrepios “ao ouvir o hino de Portugal e sabia de cor a primeira estrofe de *Os Lusíadas*” (Almeida, 2019, p. 60, grifo

no original), então por que ainda não o consideravam português? O imigrante repetia costumes portugueses a fim de identificar-se como tal por meio da *mímica*.

As lembranças da vida em África prendiam-no à sua terra de origem por meio de um cordão umbilical subjetivo, o que nos leva a interrogar qual era o calcanhar de Aquiles de Cartola. A memória do que havia sido o impedia de ser reconhecido como português, por isso: “O pai de Aquiles queria vomitar Luanda, mas ainda não conseguia; queria livrar-se da primeira vida, mas ela fazia-lhe frente; passar à próxima etapa, mas era ainda o mesmo homem” (Almeida, 2019, p. 37). O percurso de Cartola demarca alterações e ruínas sociais e pessoais. Ou seja, de como ele se via e de como via a pátria portuguesa.

Com o passar do tempo, a cidade de Lisboa deixou de representar acolhimento e esperança para mudanças futuras, tornando-se um desafio e depois, de certa forma, *Via-Crúcis*. Cartola e Aquiles viviam arrastando-se a fim de evitar imprevistos financeiros que não conseguiriam resolver, por isso o pai cultivava o desejo de ser invisível sem notar que o ritmo da cidade já o submetia a esta condição. A disciplina do desaparecimento e a exigência de silêncio sinalizam que Cartola e Aquiles representam o espólio que o discurso imperial não queria ver e ouvir, então, se eles não falassem e se tornassem invisíveis, por sua vez, os traumas oriundos dos séculos de colonialismo luso não teriam existido. Se não fala sobre e se não enxerga, então, não existe. Não à toa Eduardo Lourenço (1992) aponta, em *O labirinto da saudade*, a necessidade de Portugal se curar pela prática psicanalítica, ou seja, expurgando os traumas pela fala, em especial pelo discurso literário.

A história de Cartola ocupa, portanto, o ponto-cego do campo de visão da cidade de Lisboa. Embora intrínseca a existência portuguesa, a metrópole não vê, não fala e não se importa com a trajetória de Cartola. Mantém-se, assim, a invisibilidade do sujeito perante o centro imaginário. Apesar disso, era essa narrativa que permanecia definindo quem ele havia sido e, conseqüentemente, quem ele se tornou. Mas também definindo como ele se via, já que o império português lhe fornecia imagens identitárias, tomadas e introjetadas, como constitutivas da identidade de colonizadores e de colonizados.

Cartola conota o sujeito colonizado moldado psíquica e socialmente pelo discurso colonial produzido a partir do império luso. O apego aos mitos e às imagens transmitidas sobre um Portugal que já não mais existe

— ou sequer, um dia, existiu — alimentam esperanças para uma vida melhor, como português, e não como angolano. O problema é que a sua história anterior não se apaga e não permite ser apagada. A miscigenação e os traumas causados por um passado colonial se tornam constitutivos de um modo de ser angolano e português.

O discurso colonial apresenta armadilhas capazes de suprimir os fatos que não lhe favorecem. Mesmo que Lisboa o rejeitasse, sobreviver em solo português era conquista há muito tempo esperada. Voltar para Angola não era uma opção. Cartola sabia que sua despedida era definitiva, portanto, conquistar um pedaço de terra em Lisboa tornou-se o novo sonho, ainda que a vida lhe parecesse pequena para usufruir de suas vitórias.

Cartola traçou seu destino com base nas imagens de Portugal e sua fantasia *foi desmembrada* quando se chocou com a realidade. À medida que se esforçava para *ser identificado* como português, esquecia-se de prestar atenção na sua condição de angolano. O pai de Aquiles tornou-se alheio à vida que batia na porta para cuidar da mulher, dos filhos, do calcanhar doente de seu filho e, nesse cenário, simbolicamente, a sua filha Justina, como mulher, negra e angolana, passa a ocupar a margem da margem a ponto de não aparecer na narrativa.

Como a vida em Luanda exigia que ele vivesse pelos outros, seu lar tornou-se prisão. A liberdade desejada adquiriu as formas do mapa da cidade de Lisboa, uma vez que a mudança para a metrópole também representava o livramento de Cartola dos cuidados exaustivamente destinados à esposa. A cidade teve seus caminhos decorados na esperança de servirem, pelo menos, para não deixar o homem perdido. Porém, o encontro entre o imigrante e a metrópole não aconteceu como ele imaginava. Ele era um estranho para Lisboa; era diferente mesmo com os esforços para se assemelhar à ideia do que é ser português. Ou melhor, para assimilar a mímica do discurso imperial e da imagem de centro. Mas Angola também lhe era estranha, então a que lugar ele pertencia? Para onde ele deveria voltar? Algumas vias não têm saída. As marcas das feridas da vida trilharam o novo mapa de Cartola, e ele sabia que não havia indícios de retorno em seu caminho.

## 2.2 AQUILES

Em 1970, o nascimento de Aquiles marca a vida da família pelo desafio que o tratamento de seu calcanhar representava. A promessa de

que aos quinze anos viajaria à Lisboa para tratar o calcanhar defeituoso moldou, também, as expectativas do rapaz sobre o que esperar da metrópole. Menos sonhador do que o pai, Aquiles sentia o “pavor” da incerteza sobre seu destino no interior do avião, enquanto partia de Luanda. Ele percebeu que passou de protegido a protetor de Cartola.

Lisboa era uma incógnita que Aquiles teria que desvendar sozinho. Diferente do pai, no filho, as imagens de Portugal disseminadas pelo discurso colonial não eram fixas em sua imaginação, o que ocasionou maior rapidez no esfacelamento das fantasias sobre as oportunidades oferecidas pela metrópole portuguesa. Da mesma maneira, ter vivido somente quinze anos em sua pátria não permitiu que Aquiles criasse raízes no solo que antes fora pisado por seus ancestrais, por isso enfrentava a angústia de se encontrar repartido entre Angola e Portugal, sem reconhecer o lugar a que pertencia.

Preso à cama hospitalar, Aquiles herda o lugar de Glória no mundo, mesmo que em outro continente, essa era sua certeza. Nesse momento a promessa de cura física se apresentava mais ideal do que concreto à medida que adoecimentos psíquicos se fazem mais evidentes. Os olhos da mãe observaram Lisboa pela primeira vez através dos olhos do filho e, internado, o garoto percebeu que foi nesse momento que deixou de se sentir angolano e, de certa forma, passou a ser filho do entrelugar. Olhar o mundo da cama, contra a sua vontade e sem ouvintes para o acudir, reproduzia a vida que a mãe passou a ter após seu nascimento, além de definir a nacionalidade de ambos como sujeitos que não são livres, uma vez que dependiam de ajuda para cuidados básicos. Para Aquiles, “O calcanhar defeituoso era seu o seu passaporte” (Almeida, 2019, p. 39) e a afirmação material da diferença entre ele e o Outro (Portugal).

Enquanto Cartola arrastava-se por Lisboa, fazendo-se invisível para os portugueses, assumindo uma existência fantasmática, Aquiles amadurecia sob a carcaça rude que a vida na metrópole fez brotar. O jovem parecia mais doente do que quando havia chegado. Estava longe dos outros membros da família, enquanto enfrentava o tratamento médico que não parecia oferecer melhores. Carregava uma tristeza que mascarava sua juventude e não conseguia compartilhá-la com o pai.

Aquiles *foi ensinado* a esperar pela cura, pelo reconhecimento e pelo pertencimento. No entanto, foi *sendo* posto à margem no seu percurso espacial de Luanda para Lisboa e depois para o bairro marcado pela







permanência. Cartola, por outro lado, viveu a maior parte da vida em Angola, teve contato com a cultura de seus ancestrais, mas sofreu forte influência do discurso colonial. Por esse motivo, buscou ajustar-se aos moldes de cidadão português a fim de conquistar uma vida melhor pelos menos para ele e para o filho que o acompanhava, sem saber que assim contribuía para seu próprio esquecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emigração portuguesa ultrapassou os limites geográficos, fixando-se no imaginário por intermédio das imagens centrais divulgadas em todo o domínio do Império. Desse modo, Portugal construiu sua imagem a partir da demarcação das diferenças presentes entre ele (o centro) e os Outros (o resto da Europa e as colônias), usando a literatura como meio de mediatizar os resultados de seus esforços. A ideia de que Portugal representa o centro universal dos saberes atingiu a população das colônias portuguesas por meio da emigração simbólica presente no discurso colonial.

Com o decorrer do tempo, sujeitos com diferentes percepções da História adentraram o universo literário com novas narrativas sobre temas já conhecidos, apresentando outras leituras do passado e do presente. Djaimilia Pereira de Almeida, escritora portuguesa nascida em Angola, condensa ficção e realidade, trazendo à tona a história de sujeitos que, assim como ela, foram vítimas das políticas coloniais portuguesas. A obra de Djaimilia Pereira de Almeida, por meio da denúncia da violência destinada aos que fogem do modelo colonialista, dá voz, nome e rosto àqueles postos à margem da sociedade e da História.

O romance *Luanda, Lisboa, Paraíso* demarca o percurso identitário das personagens Cartola e Aquiles com bases em seus deslocamentos geográficos. Ambos nascidos na colônia portuguesa de Angola partem rumo a Lisboa na expectativa de conseguirem o tratamento médico adequado para a condição “coxa” do filho: “O calcanhar esquerdo do filho mais novo de Cartola de Sousa nasceu malformado. O pai deu-lhe um nome helénico, tentando resolver o destino com a tradição” (Almeida, 2019, p. 7). De maneira brusca, Lisboa coloca Cartola e Aquiles à margem da sociedade lusa, junto a outros imigrantes. Aos poucos, os elementos que identificam Cartola — a família, a língua, o sotaque, os pertences — são assimilados pela cultura portuguesa, de modo que, ao final do romance,

seu nome é apenas mais um, sem memória, visto que a história, no desfecho da narrativa, é afogada nas águas do Tejo.

De forma poética e crítica, Djaimilia Pereira de Almeida fecha *Luanda, Lisboa, Paraíso* com três impactantes imagens. A primeira é a de Cartola usando uma cartola na rua Augusta de Lisboa. Tanto o item do vestuário quanto a personagem estavam deslocadas do presente e possuíam feição anacrônica: “A cartola nova saltava à vista como uma peça deslocada, não por não condizer com o homem, mas por não condizer com o presente” (Almeida, 2019, p. 198). Isto é, a cena de um angolano utilizando algo característicos das classes mais altas conota como o africano encena, ao longo de sua existência, a mímica colonial como mecanismo para existir, uma vez que o discurso colonialista negou a dignidade da sua origem. Sobrava, então, ser o fantoche. Mas a cartola do Cartola não o fará ser Barbosa da Cunha nem no tempo do fim da narrativa, nem no anterior.

A cena final do romance traz esta inquirição: afinal de contas, quem era aquela personagem? A que espaço Cartola pertencia? Luanda? Lisboa? Paraíso? Nenhum? Se o filho possuiu um calcanhar concreto que os leva à metrópole, Cartola representava o calcanhar de Aquiles do colonialismo. Ele é o ponto fraco do discurso colonialista, pois representa o indivíduo arquitetado pelas imagens imperiais e, concomitantemente, era com quem o império mais falhou, uma vez que não foi lhe dada nenhuma esperança nem na colônia, nem na metrópole. A possibilidade de viver em território independente surgiu com geração de Aquiles. Mas sabemos que esse sentimento foi, outrossim, transmutado em dor com os anos de guerra civil.

Enquanto andava trajado ao modelo do século XIX, Cartola viu, nos Arcos da rua Augusta, de Lisboa, “uma boca para duas goelas e que a gente se movimentava ao longo das arcadas como a refeição alegre de um leviatã” (Almeida, 2019, p. 198). Os Arcos da rua Augusta terminam na Praça do Comércio. E, assim, a segunda imagem convoca o espaço em que, de certa forma, o apetite dos interesses financeiros se sobrepõem aos humanitários, afinal de contas, além de uma empreitada religiosa, o colonialismo foi também uma empreitada mercantil.

Igualmente precisamos destacar que a rua Augusta termina no Tejo e este chama a terceira imagem — construída em fino diálogo intertextual. Nela ocorre a personificação do rio, assim como, em *Os Lusíadas*, acontece a personificação do Indo e do Ganges, na forma de dois anciões, que falam

com Dom Manuel em profético sonho para o estimular a continuar a expansão marítima. Afastado da era dos descobrimentos, entretanto, de certa forma, fruto desse momento, Cartola — sujeito deslocado de seu tempo, afastado da nobreza europeia, mímica do discurso colonialista — encara o rio que deu vazão aos descobrimentos; todavia, simbolicamente, demarcando falhanços, o Tejo não suportava olhá-lo: “E, como o rio não suportasse olhá-lo direito nem lhe respondesse, desconversando num marulhar ambíguo, o homem tirou a cartola, jogou-a à água, e virou costas” (Almeida, 2019, p. 198). O gesto final de Cartola pode ser lido como o início da tentativa de deixar de ser sombra, de ser mimese colonista para tentar, mesmo que tardiamente, ser a si.

Cartola e Aquiles, na ficção, enfrentam os desafios da imigração em um lugar que os coloca à margem de qualquer cuidado básico de que o ser humano precisa para viver. Pai e filho sobrevivem na capital assim como milhares de imigrantes sobrevivem ao redor do mundo, longe de suas famílias, tendo seu passado apagado e as conquistas do presente consumidas pelo fogo. O desejo só existe quando algo inexiste. A falta pode ser material ou subjetiva, por isso que Cartola e Aquiles viajam à Lisboa: ao pai, faltava a liberdade que parecia não existir em Luanda, além do *status* de cidadão português que as décadas de colonialismo fizeram-no desejar; ao filho, faltava a cura para a malformação do calcanhar e a construção de uma identidade própria, capaz de defini-lo com base nas suas vivências.

*Luanda, Lisboa, Paraíso* retrata a vida daqueles que buscam construir suas identidades em lugares que acreditam serem melhores, ainda que esses espaços sejam os responsáveis pelo apagamento desses sujeitos. Djaimilia, Cartola e Aquiles já eram sujeitos produtores de história, detentores de conhecimento e dignos de cuidado antes de pousarem em Lisboa. A questão é que o discurso colonial faz crer que as contribuições deles pouco pesam na balança universal, por isso obriga-os a seguir seus moldes com a promessa de que assim terão lugar na História. *Luanda, Lisboa, Paraíso* conta, portanto, a história de sonhadores que tiveram suas ilusões reduzidas a pó e cinzas, sem direito a explicações e sem retorno para casa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. *Luanda, Lisboa, Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Glaucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

FANON, Frantz. *Pele negra; máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade: psicanálise do destino português*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

LOURENÇO, Eduardo. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da moeda, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.

RIBEIRO, Margarida Calafete. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

Recebido em 20 de fevereiro de 2023

Aprovado em 27 de agosto de 2023

Licença: 

Júlia Beralde Gonçalves

Graduada em Letras/Português e Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Uberlândia.

Contato: [juliaberalde@hotmail.com](mailto:juliaberalde@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-2044-5253>

Rodrigo Valverde Denubila

Professor Adjunto junto ao Núcleo de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Estudos Literários pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, campus Araraquara, com bolsa CAPES sanduíche na Universidade do Porto (Portugal). Editor-executivo da revista Itinerários.

Contato: [rodrigo.denubila@ufu.br](mailto:rodrigo.denubila@ufu.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-4935-303X>